

# CANAIS PÚBLICOS NO BRASIL, ARGENTINA E PORTUGAL: REESTRUTURAÇÃO NO CONTEXTO TECNO-POLÍTICO<sup>1</sup>

Carine PREVEDELLO<sup>2</sup>

<sup>1</sup> GT 1 – Políticas de Comunicação

<sup>2</sup> Professora Adjunta da ECO/UFRJ, carine.prevedello@eco.ufrj.br

## RESUMO

O avanço da lógica liberal na economia e nos regimes de governo, com reflexos para os canais públicos de Comunicação, reforça o conflito já característico do desenvolvimento e estruturação das redes de rádio e televisão no Brasil (MATTOS, 2010), ao mesmo tempo em que explica o recuo na consolidação da Lei de Meios argentina e o enfraquecimento das emissoras europeias, estas diante também da crise econômica recente.

As estruturas de Comunicação Pública na Europa, desde o período de migração tecnológica do espectro analógico para a transmissão digital, enfrentam resistência no debate social, com embates incisivos registrados na Espanha, Grécia, Portugal e França (BOLAÑO e BRITTOS, 2007). Em Portugal, ainda que a crise econômica tenha se mostrado suficientemente grave, a fusão das emissoras do grupo rádio e Televisão Portugal (RTP), coincidente à convergência digital, indica, por hipótese, uma estratégia de fortalecimento e consolidação desses canais. A fusão possibilitou agregar à migração tardia para a tecnologia digital, característica das operações europeias, a preservação de um conglomerado de canais retransmissores regionais e especializados. Cádima (2014, p.9) aponta, no entanto, para “a não assunção da dimensão da cidadania como princípio inalienável, ou seja, a submissão estratégica, neste processo de transição, às lógicas do mercado”.

Na América Latina, os governos do Brasil e Argentina, antes orientados para a criação e capitalização de empresas públicas de Comunicação, – e especificamente no caso argentino, para a instituição de um novo marco legal para a mídia –, passaram a adotar, com os últimos resultados eleitorais, políticas de enfraquecimento dessas iniciativas. O desmonte da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), com a extinção do Conselho Curador, desde o governo de Michel Temer, posteriormente consolidada como uma das primeiras medidas da gestão de Jair Bolsonaro, foi um dos símbolos deste novo momento, assim como a revisão da Lei de Meios como uma das primeiras ações do governo Mauricio Macri. Tanto as alterações no contexto político latino-americano, - ainda que a mais recente eleição argentina tenha trazido de volta ao poder Cristina Kirchner -, quanto as verificadas nos países europeus, sinalizaram para compreensões austeras e conservadoras no lugar do aparato de Comunicação vinculado ao poder estatal ou público.

As noções de Comunicação Pública (BLUMLER, 1992) e de democratização da Comunicação são centrais para a ampliação da circulação e diversificação de fontes, versões e garantia dos princípios da representatividade e contraponto à visão comercial. É importante, ainda que se reconheçam as implicações da sobreposição entre interesses corporativos, políticos e a noção de interesse público aliada ao direito à informação (GENTILLI, 2005), compreender a Comunicação Pública como área de atuação complexa o suficiente para abarcar as ações relacionadas às instituições estatais e à sociedade civil. As atividades associadas à noção de *accountability* como força de contra-agendamento (SILVA, 2007) impulsionada pelas ações midiáticas propostas de forma independente pelas organizações e movimentos sociais constituem, especialmente no momento político do Brasil, um elemento de disputa da esfera pública.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLUMLER, J. **Televisión e interes public**. Barcelon: Bosch, 1992.

BOLAÑO, C.; BRITTOS, V.. **A televisão brasileira na era digital**: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes. São Paulo: Paulus, 2007.

CÁDIMA, F. Media e sociedade da informação – Alguns aspectos críticos. Disponível em: <[https://apdsi.pt/wp-content/uploads/prev/3.18\\_rui%20c%C3%A1dima\\_070626.pdf](https://apdsi.pt/wp-content/uploads/prev/3.18_rui%20c%C3%A1dima_070626.pdf)>. Acesso em: 28 jan. 2020.

GENTILLI, V. **Democracia de massas**: jornalismo e cidadania. Estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

MATTOS, S. **História da televisão brasileira**. Uma visão econômica, social e política. 5.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

SILVA, L.M. Sociedade, esfera pública e agendamento. In: LAGO, C; BENETTI, M. (orgs). **Metodologias de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 143-167<sup>a</sup>.